MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

Nome: Gabriela Carvalho de Oliveira

Curso: Sensoriamento Remoto (Mestrado)

Registro: 142808

SER - 300 - Introdução ao Geoprocessamento

DETECÇÃO DE POSSÍSVEIS DELIMITAÇÕES DA TRAMA VERDE E AZUL PARA INTEGRAR O PLANEJAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA

Estima-se que o processo de urbanização tem crescido nas últimas décadas, entretanto esse crescimento, em sua maioria, vem sendo desordenado. A falta de planejamento nessa área está gerando diversos impactos, não apenas socioeconômicos como também ambientais. Visando melhorar o planejamento, o governo federal criou Regiões Metropolitanas que tem como obrigação desenvolver um Plano Metropolitano para que haja uma gestão e planejamento unificado dos munícipios com conjuntos de instrumentos urbanísticos e jurídicos e o sistema integrado de alocação de recursos a serem destinados em ações e políticas públicas de escala metropolitana. A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVLP) foi criada em 2012 e é integrada por 39 municípios. A região caracteriza-se, por grande produção indústria, petroleira, portuária e ainda, por abrigar importantes patrimônios ambientais de relevância nacional.

Nesse contexto, uma importante preposição para estar contida no Plano Metropolitano é a Trama Verde e Azul (TVA), pois diz respeito à conexão dos espaços em um contexto metropolitano, valorizando a diversidade e contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental da região. Assim, o objetivo do atual trabalho é detectar e integrar através de técnicas de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto, na escala metropolitana, possíveis Tramas Verde e Azul para a RMVLP. Para isso será necessário dados de redes de nascentes, corpos d'água, áreas de preservação permanente (APPs), unidades de conservação e outras áreas de relevante interesse ambiental existentes ou propostas, interligadas segundo princípios de conectividade, incorporando também eixos viários, equipamentos de uso coletivo, espaços livres de uso público, parques urbanos, áreas vazias e áreas degradadas potencialmente passíveis de recuperação, revegetação ou tratamento paisagístico.